

CIM do Médio Tejo envia exposição ao Ministro da Saúde e reitera pedido de reunião

Os Presidentes do Médio Tejo têm vindo sistematicamente, a manifestar a sua preocupação face à constante e rápida degradação das atividades de saúde pública e dos meios necessários ao exercício das competências da autoridade de saúde na área geográfica abrangida.

Face aos atuais estrangulamentos e às condicionantes do Ministério da Saúde, a preocupação tem incidido, com maior pertinência, na efetiva e eficaz articulação que poderia existir, entre a prestação de cuidados de saúde primários e a prestação de cuidados diferenciados, questão que parece ser alheia à do modelo de organização e funcionamento que tem vindo a ser adotado para os diferentes serviços públicos de saúde nesta região.

Nesse sentido, e porque se constatam situações críticas, gravosas e problemáticas para a população em causa, parece, pertinente e justificativa, a necessidade de uma nova ponderação sobre a criação da ULS – Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, com eventuais adaptações, face às experiências já ocorridas em outros locais do país.

Atingindo-se já um universo, em todo o Médio Tejo de cerca de 38 000 utentes sem médico segundo os dados de março/2014 e, havendo necessidades de assegurar o funcionamento em rede dos três hospitais – Abrantes, Tomar e Torres Novas, através do Centro Hospitalar do Médio Tejo, considera-se que a agregação, numa única entidade pública empresarial dos hospitais e dos centros de saúde existentes na região do Médio Tejo, viabilizaria a partilha e a otimização dos recursos e conseqüentemente a melhoria da prestação dos diferentes tipos de cuidados de saúde, incluindo os cuidados de saúde continuados à população, na qual existe uma faixa etária deveras envelhecida nesta região.

Esta agregação, face à coincidência única no país de haver no Médio Tejo três Hospitais, cuja localização geográfica é relativamente equidistante no território, bem como às exigências cada vez maiores das populações em matéria de acesso e satisfação das suas necessidades em saúde, com níveis de qualidade acrescidos, impõe, face aos atuais estrangulamentos, que se proceda a uma reengenharia do sistema de saúde numa perspetiva organizacional.

Assentando a melhoria da prestação de cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde, em parte, na criação de condições que possibilitem a melhor gestão das suas instituições e a melhor articulação dessas instituições entre si e com outras instituições na mesma área geográfica, os Presidentes do Médio Tejo reconhecendo a difícil situação que hoje todos enfrentamos, no sentido de, em primeiro lugar, salvaguardar o bem maior que é a Saúde, deliberam expor estas preocupações ao Ministro da Saúde, de modo a que seja ponderado e estudado, tão breve quanto possível, novas formas de atuação, pela eventual criação da ULS – Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, para:

- Minimizar a degradação dos serviços de saúde no Médio Tejo;
- Contribuir para a otimização da eficiência técnica das organizações de saúde na região;
- Melhorar os resultados de saúde das respetivas populações;
- Avaliar, através de uma abordagem analítica, as experiências já ocorridas em outros locais do país, para que, com as eventuais adaptações, se constate das vantagens

daquela integração nos valores dos custos associados à prestação dos serviços de saúde.